

ENTRE ÍNDIOS E SERTANEJOS: O POVO INDÍGENA TUXÁ E A RETÓRICA DESENVOLVIMENTISTA CHESFIANA EM ITAPARICA

Felipe Sotto Maior Cruz ¹

Resumo:

O povo indígena Tuxá teve uma grande parcela do seu território tradicional inundado pela construção da Hidrelétrica de Itaparica ao fim da década de 1980. Tomando esse evento como ponto de partida busco compreender no presente artigo quais as estratégias mobilizadas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), empresa responsável pelo empreendimento, para produzir a invisibilização das violações de direitos que caracterizaram as (não) negociações e o reassentamento da população atingida. Abordo, ainda, a maneira como a empresa fez uso das históricas representações em torno da região Nordeste e da figura do “índio” no processo de legitimação de sua ideologia desenvolvimentista.

Palavras-chave: povos indígenas; hidrelétricas; tuxá.

Between “*índios*” and *sertanejos*: The Tuxá Indigenous People and Developmentalist Rhetoric of CHESF in Itaparica

Abstract:

The Tuxá indigenous people had a large part of their traditional territory flooded by the construction of the Itaparica Hydroelectric Plant in the late 1980s. Taking this event as a starting point, I try to understand in this article what strategies the São Francisco Hydroelectric Company (CHESF), the company responsible for the enterprise, have developed to make invisible the violations of rights that characterized the (non) negotiations and the resettlement of population reached. I also discuss the way in which the company made use of historical representations around the Northeast region and the figure of the "Indian" in the process of legitimizing its developmentalist ideology.

Keywords: indigenous peoples; dams; tuxá.

1 Pesquisador indígena do povo Tuxá de Rodelas/Bahia. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG (2014), mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília- UnB (2017) instituição na qual atualmente cursa o doutorado na mesma área.

Entre 'índios' e sertanejos: O Povo indígena Tuxá e a retórica desenvolvimentista chesfiana em Itaparica

A entrada dos novos sujeitos de direito nas Universidades, tais como membros de povos indígenas, quilombolas entre outros integrantes das chamadas comunidades tradicionais representa um passo importante para a multiplicação de narrativas e discursos acerca das diferentes realidades de vidas e experiências humanas. Hoje, estes integrantes de coletivos que foram sistematicamente excluídos dos espaços formais de construção e circulação de conhecimento dito científico, têm buscado com certa urgência ocupar lugares estratégicos para a enunciação de suas trajetórias individuais e coletivas como parte de seus respectivos projetos de autodeterminação.

O presente texto deve ser lido dentro da perspectiva assinalada acima: eu, enquanto um intelectual indígena do povo Tuxá de Rodelas na Bahia, tenho utilizado as ferramentas acadêmicas para, entre outras coisas, problematizar os registros e narrativas históricas hegemônicas a respeito da história de minha comunidade². Neste artigo, enfatizo os projetos estatais promovidos pelo governo brasileiro na segunda metade do Século XX que tinham como objetivo 'levar o progresso' para a região do Nordeste do país e que tinham como peça central do plano a exploração do potencial energético das águas do maior rio brasileiro, o Rio São Francisco. A partir da construção da Hidrelétrica de Itaparica, responsável pela inundação de uma parcela substancial do território Tuxá, pretendo lançar luz sobre as diferentes associações possíveis entre os discursos desenvolvimentistas e as representações imagéticas de cunho regionalista em torno do Nordeste do país, tencionando nestas últimas, as construções discursivas de caráter etnicizante a respeito da presença (leia-se *ausência*) indígena nesta região.

Introdução

O povo indígena Tuxá tem como origem os povos autóctones que habitaram imemorialmente os trechos encachoeirados do sub-médio São Francisco, onde hoje se encontram as divisas dos Estados da Bahia e Pernambuco. Os relatos dos primeiros contatos de grupos indígenas destas regiões com a coroa portuguesa datam ainda do século XVI. No entanto, foi a partir da segunda metade do século XVII, com a atuação das missões religiosas, que passamos a encontrar maior número de relatos históricos

² Sobre as especificidades e desafios de ser indígena e pesquisador consultar CRUZ (2017a e 2017b).

sobre a presença indígena nos chamados Sertões de Rodelas³. Em outro momento (Cruz, 2017b), organizei uma narrativa histórica acerca dos mais de três séculos de interação do povo Tuxá com os brancos tendo como fio condutor do longo e constante processo de esbulho do território tradicional. Mostrei, a partir do uso de fontes históricas e antropológicas, que um elemento central que caracteriza a história Tuxá é a existência de um engenhoso projeto colonialista para a usurpação de terras que teve início quando dos primeiros contatos e que segue, devidamente atualizado, em curso no presente.

De acordo com o levantamento feito pela Fundação Nacional da Saúde, a comunidade Tuxá teria em 2010 cerca de pouco mais de 2.000 integrantes, estando estes dispersos em aldeias situadas nos estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas e Minas Gerais. Minha ligação direta é com a aldeia Tuxá situada no município de Rodelas, na Bahia, hoje conhecida como “Aldeia Mãe” e que teria sido durante muito tempo o único local onde existia uma comunidade Tuxá organizada. O trecho do São Francisco onde meus antepassados habitavam era repleto de ilhas e eles viviam da pesca e da agricultura, sendo exímios navegadores, dominavam aquele trecho do rio transitando diariamente entre a terra firme e as mais de 30 ilhas que compunham o nosso território. Essa realidade ficou no passado, mais precisamente, ficou debaixo da água com a construção da *barragem maldita* como ficou conhecida entre nós.

Ao fim da década de 1980 a Companhia Hidro Elétrica do Vale do São Francisco (CHESF) pôs em prática o projeto de construção de mais uma hidrelétrica no Rio São Francisco, vindo a explorar o potencial energético da Cachoeira de Itaparica. Inaugurada em 1988, atingiu diretamente sete municípios, quatro em Pernambuco e três na Bahia, dentre os quais inundou as cidades de Petrolândia, Itacuruba, Barra do Tarrachil e Rodelas (Araújo, 2000: 30) e deslocou 40.000 pessoas da zona rural. A barragem formou um lago de 834 km² trazendo impactos incomensuráveis para os moradores da região.

Para a comunidade Tuxá representou um golpe sem precedentes: a impossibilidade de estar junto ao seu território sagrado e todas as implicações que isso traz para a autonomia e soberania do grupo. Como mencionei anteriormente, a história Tuxá pode ser observada tendo como referencial o gradativo processo de esbulho territorial promovido por diferentes setores da sociedade branca. O roubo de nossas terras vem de muito longe sendo sistematicamente iniciado com a expansão agropecuária que visava a instalação de currais de bois nos sertões e com os processos

³ O sertão de Rodelas é descrito por Galindo como “espaço geográfico que abrigou as primeiras fazendas de gado e testemunhou a pactuação das mais antigas alianças seladas entre índios Rodeleiros e brancos no Nordeste do Brasil. O sertão de Rodelas histórico situava-se mais precisamente no médio curso do rio São Francisco, no segmento compreendido entre a barra do rio Grande e a cachoeira de Paulo Afonso, confrontava-se ao Sudoeste com os sertões das Jacobinas e com o rio Itapicuru ao nascente com o Xingó e o rio Pajeú, e ao norte com sertões do Piauí, anexado ao último quartel do século XVII por Francisco Dias de Ávila e Domingos Afonso Sertão” (Galindo, 2004: 17).

de territorialização promovidos pela atividade missionária no século XVII⁴. Também as políticas de Estado, tais como a Lei de Terras, foram responsáveis por facilitar o esbulho territorial, de modo que, na década de 1980 quando a inundação foi anunciada, a comunidade já havia sido expulsa de quase todas suas terras. Das trinta ilhas que no passado foram nossas, apenas a Ilha da Viúva continuava como território indígena, tendo sido os índios violentamente expulsos de todas as outras. A memória sobre como se deu esse processo continua viva e fortemente presente nas narrativas em minha comunidade e, ao serem transmitidas entre gerações, conotam sempre que possível as múltiplas formas de resistências e estratégias para barrar a ação dos brancos. Como nos registros que existem sobre a atuação do indígena Capitão Francisco Rodelas, o fundador de nossa aldeia, que participou da expulsão dos holandeses no século XVII liderando 200 índios sob o comando de Felipe Camarão⁵.

A CHESF, ao construir a barragem, terminou por tirar de vez a última ilha que estava em posse da comunidade, impossibilitando, por fim, um possível retorno físico a esse território através da inundação do mesmo. Este foi um capítulo muito doloroso da história Tuxá que envolveu tensas negociações tanto com a Fundação Nacional do Índio, quanto com a empresa sobre o futuro da comunidade. Nos convênios estabelecidos, a empresa se comprometeu a cumprir um conjunto de ações mitigatórias, dentre as quais a entrega de terras férteis em um prazo máximo de seis meses após a inundação. Para ser ter ideia do descaso e das violações promovidas pela empresa, no presente ano completam-se trinta anos do deslocamento e a comunidade Tuxá que permaneceu na Aldeia Mãe em Rodelas até o momento não recebeu terra alguma⁶.

As histórias dos povos indígenas no Brasil são repletas de processos violentos de genocídio e de esbulho territorial como o mencionado acima. Linhas gerais e padrões poderiam ser traçados de modo comparativo a respeito de cada caso ao mesmo tempo em que, ao olhar detidamente para cada contexto, podemos perceber nuances e particularidades que melhor nos ajudam a avançar na compreensão dos modos a partir dos quais os povos indígenas são tratados, representados, e situados nas ações da sociedade não-indígena. A recente redescoberta do Relatório Figueiredo, em 2013, um documento que registra casos inenarráveis de violências cometidas contra povos indígenas, no período da ditadura brasileira (1964-1985) e os casos recentes de contextos altamente violentos, como os do Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, nos leva a refletir acerca de quão similar o momento político em que vivemos é dos nefastos tempos das chamadas guerras justas e epidemias do Brasil Colônia. Tais exemplos nos

⁴ Sobre o processo de esbulho territorial consultar CABRAL NASSER (1975); NASSER (1975); SALOMÃO (2006) e CRUZ (2017b).

⁵ Mais sobre a atuação de Francisco Rodelas pode ser encontrado em LEITE (1945) e SALOMÃO (2006).

⁶ A ênfase aqui é dada ao grupo Tuxá que quando do reassentamento permaneceu em Rodelas. Houve ainda uma parcela da comunidade que opta por ser reassentada em Ibotirama na Bahia e outra em Inajá no Pernambuco (Cruz, 2017b).

leva a indagar a respeito da eficácia dos instrumentos jurídicos nacionais e dos tratados internacionais que deveriam proteger e assegurar os direitos indígenas no presente.

Quando ingressei na Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade de Brasília, em 2016, tinha como uma das principais indagações compreender melhor os processos históricos que levaram a inundação e o deslocamento territorial da minha comunidade. Eu tinha, recentemente, assistido a intensa indignação de setores significativos da população brasileira frente aos projetos hidrelétricos de Belo Monte e do Complexo de Hidrelétricas proposto para o Rio Tapajós no Norte do país. As campanhas contrárias a tais projetos mobilizaram e continuam a mobilizar, para além dos atingidos propriamente dito, inúmeras e inúmeros pesquisadores, ativistas, ambientalistas, organizações não-governamentais e outros atores da sociedades civil que advertiram e manifestaram sobre os perversos efeitos diretos e indiretos que tais obras representam para a natureza e para as populações indígenas e não-indígenas afetadas.

Como é sabido, grandes empreendimentos, tais como hidrelétricas, são obras que envolvem um enorme contingente de pessoas e dinheiro e causam efeitos inimagináveis à paisagem, a fauna e a flora, alterando drasticamente a vida de muitas pessoas. A história do Brasil, sobretudo ao longo do século XX, está repleta de casos de deslocamentos e inundações resultantes de um modelo de desenvolvimento que tem preconizado por décadas esta forma de geração de energia. Alguns desses casos foram bem divulgados e provocou a indignação da população, outros nem tanto. Alguns receberam boas propostas de mitigação, outros sequer foram ouvidos. O que falar das 200 famílias de índios Tuxá que tiveram a maior parte de seu território tradicional inundado e segue por 30 anos esperando por compensação? Alguém parece se importar?

Atualmente existem incontáveis estudos elaborados por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas vinculados a perspectivas teóricas diversas a respeito dos conflitos ambientais no Brasil e no mundo⁷. É de grande importância a maneira como tais pesquisadores têm avançado em dar visibilidade aos preços e custos de empreendimentos de grande escala, tais como rodovias, hidrelétricas e ferrovias, traçando padrões que evidenciam quem são verdadeiramente beneficiados por eles e quem são aqueles que saem perdendo. Tais estudos mostram ainda o abismo instaurado nas relações estabelecidas entre as empresas e as comunidades afetadas, tensionando sempre que possível, o modo como os processos de licenciamento ambiental se tornaram contextos violentos, repletos de supressão de direitos de pequenos agricultores, comunidades rurais, locais e grupos étnicos.

⁷ Sobre este tema consultar ZHOURI, 2011; ZHOURI, VALENCIO, 2014.

As propostas de novos projetos hidrelétricos continuam a serem debatidos e implementados pelo governo nacional permanecendo uma grande ameaça às integridades físicas e culturais de povos e comunidades chamadas tradicionais que se relacionam e experienciam o meio ambiente a partir de lógicas específicas. Sendo assim, a tarefa de compreender os padrões dentro dos quais as empresas energéticas se relacionaram junto a comunidades indígenas impactadas por seus projetos é vital para que erros do passado não se repitam. Quais são as tendências e estratégias tomadas pelos gestores das políticas energéticas para invisibilizar possíveis impactos? Através de quais mecanismos se negam direitos de grupos e etnias? Nas seções seguintes do texto endereçarei estas questões buscando apontar as diferentes estratégias mobilizadas pela CHESF para, amparada nas históricas representações a respeito da região Nordeste, produzir a legitimação de suas obras e invisibilizar do povo indígena Tuxá dentre os atingidos pelo empreendimento.

Os múltiplos projetos para os sertões do Nordeste

Uma das características que marcam o período político brasileiro convencionalmente chamado de Estado Novo (1937-1945) é a grande quantidade de políticas de Estado voltadas para a consolidação e integração da chamada “unidade nacional”, bem como as retóricas voltadas para a defesa do progresso e desenvolvimento econômico do país. Foi nesse período que o então presidente Vargas traçou como da maior importância a necessidade de integração das regiões Norte e Centro-Oeste, através da política de estado de cunho integracionista que ficou conhecida como “Marcha para o Oeste”. Com a criação de colônias agrícolas o projeto colonizador, sempre em marcha desde o século XVI, incentivou a migração para estas regiões que eram amplamente representadas dentro de certo imaginário como verdadeiros “vazios demográficos”, repletos de terras supostamente desocupadas. A partir dessas representações, medidas políticas de diferentes tipos e escalas foram tomadas com o intuito de alçar esta região ao desenvolvimento na medida em que contemplava “também abertura de estradas, obras de saneamento rural, construção de hospitais. Era a ideia do progresso começando a adentrar o Oeste “desabitado” do país, a partir de uma política expansionista de integração nacional” (Oliveira, 2017: 153).

Foi também no Estado Novo que a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) foi criada através do Decreto-Lei 8.031 de 1945. Inicialmente, a tarefa da companhia era a exploração dos recursos hídricos da Cachoeira de Paulo Afonso no Rio São Francisco no trecho situado entre em os municípios de Juazeiro e Piranhas. O

Vale do São Francisco é apontado, desde a política inicial da empresa, como de maior importância para a resolução do atraso da região Nordeste, como é possível inferir a partir do emblemático slogan da companhia na década de 1950 “PAULO AFONSO – A REDENÇÃO DO NORDESTE”. Podemos nos perguntar então, do que o *Nordeste*, este constructo regional, deveria se redimir, e frente a quem?

A CHESF não foi a única medida estatal criada para acelerar o desenvolvimento da região, pelo contrário, fazia parte de um conjunto de ações tomadas com o passar dos anos. Como exemplos, temos a criação da Comissão do Vale do São Francisco, criada em 1948, do Banco do Nordeste em 1951 e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste em 1959. Todas essas ações demonstram uma preocupação em nível de governo com um domínio simbolicamente e espacialmente circunscrito na ideia de *região*. Tanto no caso mencionado da Marcha para o Oeste como nos projetos desenvolvimentistas para o Nordeste, temos ações engendradas em representações de cunho regional acerca de espaços carentes de intervenções sistemáticas em termos dos ideais de progresso, modernização e civilização. Em ambos os casos, vemos a formulação de um polo negativo marcado por imagens de ausência e escassez, em contrapartida a um polo positivo, localizado nas regiões Sul e Sudeste que teriam como incumbência promover o desenvolvimento dos rincões atrasados do país.

Voltando a pergunta que fiz acima em relação ao slogan da CHESF, de que e a quem deveria o “Nordeste” se redimir, uma análise mais detida dos documentos oficiais produzidos pela companhia sobre suas políticas e perfil de atuação nos indica o caminho para esta resposta. Em 1979, o presidente da CHESF, Luiz Carlos Menezes, encomendou à Fundação Joaquim Nabuco um livro celebrativo dos 35 anos da empresa que contasse sua história e feitos nos sertões. Em vários trechos do livro, escrito pela historiadora Joselice Jucá, fica evidente a ideologia com a qual a empresa atuava:

Iniciava-se a “epopeia de Paulo Afonso” no sertão do Nordeste; somar-se-iam, agora as discussões teóricas de gabinete, as experiências de cunho prático, do dia-a-dia do trabalho na obra. A região de clima quente e seco, de terra pedregosa, era a própria imagem do abandono do desafio. A falta de luz e de água, alternavam-se em um ciclo vicioso, indicando atraso, pobreza, doença, miséria. Populações carentes de assistência social, de saúde, de educação e de trabalho. Instalava-se a CHESF nesse universo feliniano, onde o homem teria a sua própria história de vida em traçados os mais sombrios; as cores fortes, só as da carência. (Jucá, 1982: 62)

Em outro trecho do livro, a expressão “alma sertaneja” aparece caracterizada por uma “simplicidade rústica, com o caráter e os padrões morais do sertanejo aliados a

aridez do solo, sua saga fatalista, seu estoicismo perante a difícil luta pela sobrevivência” (Jucá,1982: 62). O nordestino aparece como alguém cuja sorte precisa ser mudada, ao mesmo tempo em que esse povo precisaria se redimir frente ao resto da nação. Também o Rio São Francisco é inserido em um esquema representativo acerca da natureza como um domínio que necessita da ação modernizadora do *homem*, cumprindo seu destino através da geração de energia:

Criada e organizada a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, o “Velho Chico” não mais se sentiria órfão, abandonado: suas quedas e cachoeiras receberiam, enfim, o tratamento há tantos anos esperado; seu potencial energético lá estava a ser explorado. Não lhe bastavam a beleza e a força desordenada de suas águas espumantes, inspiradoras de visitantes poetas. O cenário idílico poderia vir a ser enriquecido com o concurso da inteligência humana, proveniente, tal como a Natureza, da Obra do Criador. Os homens, que constituíram a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, ao se aproximarem do “Velho Chico” pareciam vir ao encontro dos lamentos da cachoeira de Paulo Afonso ao alvorecer do dia na bruma da madrugada. Conta a lenda que um poeta, ao ouvir-lhe o lamento, aproximou de suas águas procurando traduzi-lo em versos de pungente beleza: “Não quero ser só paisagem/Nem quero ser uma imagem/De ira e destruição/Sou do progresso a vida/ Serei força incontida/Na marcha da Civilização. (Jucá, 1982: 43-44)

O documento supracitado escrito por Joselice Jucá para a celebração dos 35 anos da CHESF contém uma narrativa repleta de estigmas sociais associados não somente aos moradores da região, como também ao espaço físico, criando um emaranhado de sentidos que se aderem mutuamente de modo a produzir uma realidade regional coesa e fictícia, que é solidária aos processos de intervenção chesfianos. Em sua construção, as inundações, os deslocamentos e a alteração na vazão natural do rio estariam submetidas a construção da indispensabilidade das obras.

Para além da elaboração de uma retórica nacional, que definiu arbitrariamente o progresso econômico como meta universalmente supostamente desejável e que adotou o modelo de geração de energia a partir da força das águas como o mais indicado, a CHESF fez uso das representações estigmatizantes em torno do Nordeste para legitimar e diminuir as reações contrárias à suas obras. Mas não foi apenas sobre o espaço seco, hostil, bruto e indomado que incidia o discurso chesfiano, sendo também o próprio sujeito, o sertanejo, alvo de um processo de desautorização. A antropóloga Lygia Sigaud, ao analisar as posturas da CHESF junto aos atingidos pela Hidrelétrica de Sobradinho, defendeu que o que a empresa tinha pela frente “não era apenas um entrave a ser removido, mas um entrave constituído de ‘incapazes’” (Sigaud, 1986: 25). A autora cita

em seu trabalho uma carta escrita por um Diretor de Obras da CHESF na qual a população aparece como

[...] um pobre, subdesenvolvido, sem qualificação profissional, condicionado pelo rio, isolado, auto-suficiente, analfabeto, sem contatos com os meios de comunicação de massa, limitado com os contatos com vizinhos e nas feiras, cuja mentalidade não pode evoluir, em suma um primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e cominado pelo pavor do desconhecido, um ser desvinculado cultural e economicamente do resto do país. (Congresso Nacional, 1983 *apud* Sigaud, 1986: 24)

Ao criar um “entreve de incapazes”, como os atingidos, a empresa buscou se tornar imune as reações contrárias, ao que é perceptível na fala do engenheiro da CHESF João Paulo Maranhão de Aguiar, registrada por Jucá:

foi criado um clima emocional tal, de propaganda contra a CHESF, a tendência natural é de crítica a CHESF, a partir de um primeiro contacto. É uma situação difícil, porque, se você chegar hoje para um relocado que mora num núcleo rural qualquer e fizer uma pergunta de chofre quanto à CHESF, a primeira tendência – ele inclusive foi treinado para isso – é de criticar a CHESF. Agora, se você espremer, se você mergulhar com profundidade no que era a vida dele, no que é a vida dele hoje, no que ele recebeu da CHESF, como foi processada a relocação, as alternativas que ele teve, ele provavelmente vai chegar à conclusão: ‘A CHESF me ofereceu muitas oportunidades, e graças a CHESF, hoje eu estou melhor que estava antes (Jucá, 1982 : 211)

A desautorização ocorre uma vez que a empresa, estrategicamente, ataca a subjetividade do sujeito, que já tinha sido previamente bastante obscurecido no processo pelo uso da vaga categoria de atingido. Assim, a CHESF elaborou as bases que, em conjunto com a sua propaganda oficial e com o respaldo autoritário emanado pelo Estado, proporcionou a naturalização da violência dos projetos que a mesma pôs a cabo.

O povo Indígena Tuxá em Itaparica

Até o presente momento do texto, eu trouxe subsídios necessários para pensarmos sobre as maneiras que a retórica chesfiana se ancorou em representações históricas sobre a região Nordeste para produzir discursos que legitimaram suas ações. Todavia, trouxe poucos elementos para situarmos dentro dessa retórica a especificidade do que o componente étnico que um povo indígena, dentre os atingidos, deveria trazer.

Isso não é por acaso. Quando, em minha pesquisa de mestrado, me debrucei sobre a tarefa de analisar os trâmites jurídicos envolvendo CHESF e o povo indígena Tuxá, me deparei com um silenciamento estratégico nos diferentes registros elaborados sobre o processo, sejam eles de cunho acadêmico, seja de propaganda empresarial.

Nas análises feitas por cientistas sociais, tal como no trabalho de pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco, que elaboraram o livro publicado no ano 2000, *“Sonhos Submersos ou Desenvolvimento? Impactos Sociais da Barragem de Itaparica”* (Araújo, 2000), encomendado pela CHESF, não existe nenhum capítulo específico para tratar do procedimento referente aos índios Tuxá⁸. Esse processo de invisibilização em documentos também faz uso de categorias vagas, a exemplo da apresentação da situação tuxá no livro enquadrado em “reassentamento incompleto”, ao invés de mencionar que até hoje não recebemos terra alguma. Também Parry Scott, que foi um dos pesquisadores que compôs o grupo da pesquisa mencionado, publicou em 2009 um livro chamado *“Negociações e Resistências Persistentes: Agricultores e a Barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado”*, no qual pouco se encontra a respeito do reassentamento tuxá para além de breves menções.

Olhando de perto para o *modus operandi* da CHESF, nas negociações em torno de possíveis mitigações percebemos que a lógica prevalecente é a de tentar ao máximo baratear os custos com os reassentamentos, o que implica em processos que visam homogeneizar os procedimentos tomados. As especificidades desaparecem em categorias vagas como a de *atingido* (Vainer, 2008: 52), nas quais as pessoas se tornam números e os processos violentos e dolorosos se transformam em rotinas administrativas burocratizadas. O desenrolar do deslocamento Tuxá para a CHESF foi o de 200 famílias entre as 10.400 afetadas ou, pelo menos, foi o que se tentou fazer parecer ideologicamente. *“Apenas”* 200 famílias, um número aparentemente pouco expressivo, mas que poderia potencialmente representar uma ameaça concreta à lógica homogeneizante que envolve as práticas de reassentamento. A forma como o componente étnico que envolvia os Tuxá aparece nesse processo reflete não uma indiferença frente a uma existência pouco expressiva, e sim o contrário – uma indiferença estudada. Esse processo reflete o que Appadurai (2006) trata como um verdadeiro temor, em que a lógica global desenvolvimentista homogeneizante dos grandes projetos apresenta ao se deparar com supostas minorias, com o específico e com os pequenos números cuja existência contraria o projeto falacioso de uniformidade universalista.

⁸ Na introdução do livro, onde há a descrição dos diferentes projetos promovidos pela CHESF, ao se referir ao caso dos Tuxá, há uma nota de rodapé, indicando ao leitor a leitura de outro trabalho caso houvesse interesse pelo reassentamento Tuxá.

Em uma conversa que tive com Dona do Carmo, uma índia Tuxá de idade bastante avançada, me foi relatado que em umas ocasiões nas quais os funcionários da CHESF foram à Ilha da Viúva conversar com os índios sobre o empreendimento. Ela escutou dois deles conversarem entre si, que as negociações sobre sua construção já estavam praticamente acertadas, que o único empecilho que ainda poderia complicar a situação era “estes caboclos daqui”. A existência do povo Tuxá dentre os atingidos, de fato, parecia configurar um empecilho a ser contornado dentro da lógica de homogeneização, expressa em torno das categorias de atingido ou reassentado. Contudo, ao invés de ser tratada com maior cuidado, optou-se pelo caminho contrário, o de relegar para o último momento ou de não resolver, como aconteceu.

O que chamei de silenciamento estratégico é a tendência de suprimir da narrativa aquilo que aparentemente não se ajusta à coerência desejada. A invisibilização do componente étnico dentre os atingidos foi ainda potencializada uma vez que, a categoria colonial *índio* remete diretamente a uma existência do passado, o que se faz ainda mais forte ao se falar do Nordeste uma região de colonização antiga.

Criada no encontro colonial, a categoria *índio* homogeneizou os diferentes povos encontrados nesse território, visando se relacionar com os povos originários a partir de um regime de alteridade que previa sua transformação à semelhança dos portugueses, seja através da catequese e conversão e/ou de um processo civilizatório. O termo genérico índio, desde o início, surge nos primeiros discursos dos portugueses como uma condição humana que precisa da intervenção europeia: precisava ser ensinado, amansado e convertido. O reconhecimento do índio enquanto humano ocorreu mediante a formulação de um projeto para os mesmos, um projeto que implicou sempre em um processo de transformação para obter a dissolução do Outro.

Muitas vezes, o índio foi tido como partícipe de uma sociedade do passado, sendo sua própria existência anacrônica, um engano. Uma vez conquistados pelos Europeus, entrariam em contato com um curso processual que inevitavelmente revestia a sua condição de índios uma temporalidade transitória, iriam, inevitavelmente, se dissolver. A ideia de “amansar” índio já se encontra presente, por exemplo, na Carta do Achamento, escrita pelo escrivão Pero Vaz de Caminha e enviada a Coroa portuguesa com o intuito de comunicar a novidade sobre as terras recém-invadidas. No documento, vários atributos dos índios chamam atenção do escrivão, que enfatiza sua nudez e falta de vergonha, sua inocência, boa-vontade e sua limpeza. Não tendo encontrado nenhum ouro ou prata nessa primeira incursão, Caminha encerra sua carta fazendo menção a uma terra cuja fertilidade do solo era aparente, mas que seu maior fruto parecia ser a gente que nela estava para ser salva, em suas palavras “*e tudo se passa como eles querem, para os bem amansar*”. Ademais, na visão do antropólogo indígena Gersem Baniwa, perdura ainda hoje uma visão romântica em torno dos povos indígenas que

“concebe o índio como ligado à natureza, protetor das florestas, ingênuo, pouco capaz ou incapaz de compreender o mundo branco com suas regras e valores. O índio viveria numa sociedade contrária à sociedade moderna” (LUCIANO, 2006: 35).

Acreditar que a existência indígena estaria fadada ao desaparecimento está intimamente relacionado aos interesses do projeto colonialista. Assim, o genocídio indígena foi buscado não apenas através de massacres, guerras, estratégias de disseminação de doenças como também através de políticas de governo de branqueamento populacional e da criação de uma identidade nacional ancorada na ideia de mestiçagem. Tal ideia, fortemente presente no ufanismo republicano, buscou unificar os diferentes povos encontrados nesse território – negros, indígenas e brancos – a partir da lógica da “mistura de raças” em um evidente projeto de branqueamento e invisibilização das desigualdades presentes no país⁹.

A retórica da mestiçagem é crucial para entender os processos de invisibilização da presença indígena no Nordeste, uma vez que é a partir dela que estes grupos são cada vez mais descritos com as categorias índios misturados e caboclos em contraposição ao arquétipo ideal do índio puro (OLIVEIRA, 2004). Paralelamente, é no século XX, através da associação entre literatura, cinema, e discursos regionalistas que a categoria sertanejo como morador do Nordeste foi adquirindo contornos mais claros na geopolítica nacional (ALBUQUERQUE JR. 2009).

Desse modo, foi especialmente fácil para a CHESF suprimir a relevância do reassentamento Tuxá uma vez que a própria presença indígena na região é alvo de dúvidas e questionamentos, o que dificulta maior visibilidade para o caso. As representações em torno da região Nordeste encontram-se com as representações estáticas da figura do índio criando uma relação de incompatibilidade que desfavorece o componente etnicizado do povo Tuxá. Ademais, as categorias identitárias índios misturados, caboclos e sertanejos criam uma nebulosa configuração para negação de direitos étnicos dos povos indígenas do Nordeste.

Do regionalismo e da etnicidade

Abordei no presente artigo a maneira como as representações regionais do Nordeste e do imaginário nacional em torno do *índio* desempenharam um papel preponderante na máxima de legitimação da obra de Itaparica. No processo foram produzidos a construção social da necessidade de energia elétrica, a negação de outros projetos de vida que não o voltado para o progresso econômico, a disponibilidade dos

⁹ O modelo de transfiguração étnica proposto por Darcy Ribeiro (1977) tenta dar conta justamente do processo através do qual os povos indígenas, ao entrarem em contato com a sociedade nacional, passariam por etapas que iriam desde a condição de isolamento até a de integrados a comunhão nacional.

territórios inundados e a desautorização dos sujeitos localizados regionalmente e etnicamente. Chego ao fim de minha explanação, sabendo que o argumento exposto acima suscita questionamentos acerca da dinâmica de atribuições de sentidos aos espaços e as pessoas, separadamente e uns em relação ao outro. Podemos nos perguntar sobre a origem dessas representações e em que medida elas estão de acordo com a realidade objetiva que vieram a designar.

Tal indagação nos leva a ponderar, diretamente, sobre o tema do poder. Quem efetivamente pode dizer como é ou deixa de ser os habitantes de uma determinada região? Como as representações e estigmas atribuídos a determinados grupos afetam o modo a partir do qual tais sujeitos se percebem? E mais importante, a quem interessa representar grupos, etnias e regiões de determinadas maneiras? Mais simples, talvez, do que buscar as origens das representações nacionais em torno dos povos indígenas e do Nordeste, seja buscar compreender de que maneira tais representações operam na geopolítica nacional.

Para Vasconcelos (2006) e Albuquerque Jr. (2009), o discurso regional sobre o Nordeste operou dentro do projeto de conformação de uma identidade nacional como um contraponto entre o Brasil ideal, moderno, rico e branco e um Brasil real, pobre, escurecido e atrasado. Benedict Anderson, por sua vez, em seu estudo *“Comunidades Imaginadas”* chama atenção para o caráter violento dos projetos de conformação de identidades nacionais, exercícios deliberados de apagamentos e uniformização de populações. Para Bourdieu:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas de classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a impor a definição legítima das divisões do mundo social, e por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 2012: 113)

O resultado das lutas de classificação, como no caso da atribuição de estigmas associados à origem de determinado grupos social, está diretamente ligado ao poder e legitimidade que os atores envolvidos detêm no campo de interação. A questão é menos de encontrar uma correspondência entre a representação e a realidade e sim, de que maneira, nas relações assimétricas existentes em curso em nossa sociedade, determinadas representações operam para a manutenção de desigualdades. No presente artigo tentei evidenciar o papel que as atribuições de sentidos da figura do

índio e do Nordeste no contexto da Hidrelétrica de Itaparica foram utilizadas na geopolítica nacional através da CHESF para atualizar e continuar um projeto colonialista sempre em marcha.

Referências

ALBUQUERQUE JR. D. M. (2009). *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 340 p.

ANDERSON, B. 1991. *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Rev. Ed. Verso.

APPADURAI, A. (2006). *Fear of small numbers – An essay on the geography of anger*. Duke University Press, Durham and London.

ARAÚJO, M. L. C. (Org.). (2000) *Sonhos submersos ou desenvolvimento? Impactos sociais da Barragem de Itaparica*. Recife: Massangana.

BOURDIEU, P. (2012). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CABRAL NASSER, E. M. (1975). “*Sociedade Tuxá*”, dissertação de mestrado apresentada à Coordenação de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

CRUZ, F. 2017a. Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* 11(2): 93-108.

CRUZ, F. 2017b. ‘*Quando a terra sair*’ Os índios tuxá de rodela e a barragem de Itaparica: Memórias do desterro, memórias da resistência. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

CRUZ, F. 2018. Entre la academia y la aldea. Algunas reflexiones sobre la formación de indígenas antropólogos en Brasil. *Anales de Antropologia* 52-1: 25-33.

GALINDO, M. (2004) *O Governo das Almas: A expansão colonial no país dos Tapuia 1651-1798*. Tese de Doutorado, Leiden University.

JUCÁ, J. (1982). *CHESF: 35 anos de história*. Recife, Chesf.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, S.I., Tomo V, da Bahia ao Nordeste. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1945

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1).

NASSER, N. A. de S. (1975). *Economia Tuxá*, dissertação de mestrado apresentada à Coordenação de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, J. P. de. (2004) “Uma etnologia dos ‘Índios Misturados’? – situação colonial, territorialização e fluxos culturais” in *Mana* [online]. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, abr. 2004.

OLIVEIRA, N. A. 2017. Os Xavante E As Políticas De Desenvolvimento Para A Amazônia Legal Brasileira (Da Era Vargas Ao Final Da Ditadura Militar): De Símbolo Da Brasilidade A Obstáculo Ao Progresso. *Mediações*, Londrina, V. 22, N. 2, P. 146-178.

RIBEIRO, Darcy,. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977

SALOMÃO, R. D. B. (2006) *Etnicidade, territorialidade e ritual entre os Tuxá de Rodelas*. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social, Universidade Federal Fluminense.

SIGAUD, L. (1986), *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Soradinho e Machadinho* (comunicação nº 9). Rio de Janeiro, Museu Nacional/PPGAS.

VAIINER, C. B. (2008). Conceito de “atingido”: Uma Revisão do Debate. In: ROTHMAN, F. D. (Ed.). *Vidas Alagadas: Conflitos Ambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 39-62.

VASCONCELOS. (2006). C. P. A construção da imagem do nordestino/sertanejo na constituição da identidade nacional. In: *Anais do 2º Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura.

ZHOURI, A. (org.). (2011). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. EDUFMG, Humanitas, Belo Horizonte – MG.

ZHOURI, A; VALENCIO, N. (orgs.). (2014). *Formas de matar, de morrer e de resistir – limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Editora UFMG, Belo Horizonte.